



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ: SOB O OLHAR DA SUSTENTABILIDADE

Alfredo Lohn Braun - USJ

Luiz Salgado Klaes - UFSC

Tainá Terezinha Coelho - UFSC

Beatriz Andrade - UFSC

Luiz Fernando Veloso Borba Navolar - UFSC

Roberto Salatiel Rodrigues Marques - UFSC

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as medidas que o Centro Universitário Municipal de São José (USJ) adota, no que tange a sustentabilidade, utilizando-se para isto o referencial teórico da gestão universitária e sustentabilidade. A pesquisa é aplicada, quanto a abordagem é classificada como quantitativa e qualitativa, sendo utilizado o método estudo de caso, com a aplicação do método SICOGEA Geração 3. Foram selecionados cinco critérios para a análise: fornecedores/compras, ecoeficiência do processo de prestação de serviço, prestação do serviço (atendimento ao acadêmico), responsabilidade social na instituição, recursos humanos na instituição. Com exceção do item responsabilidade social na instituição que obteve a avaliação de péssimo, os demais itens obtiveram como avaliação de fraco. Esse resultado é visto como reflexo de uma gestão em que a questão da sustentabilidade não é atribuída de forma efetiva em suas ações.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade social. USJ.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 Introdução

O crescente volume de informações acerca dos impactos ambientais que as organizações provocam suscita o interesse da população no assunto e demanda de órgãos públicos e privados medidas que minimizem a interferência humana na natureza, assim como, o uso racional de recursos. Esta pesquisa, em consonância com essas discussões, visa analisar as medidas que o Centro Universitário Municipal de São José (USJ) adota, no que tange a sustentabilidade, utilizando-se para isto o referencial teórico da gestão universitária e sustentabilidade. Para a coleta de dados baseou-se no Sistema de Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) com seus indicadores.

Segundo a UNESCO (1998), as instituições de ensino devem ter sua missão ligada a contribuição para o desenvolvimento e melhoria da sociedade, isto exige uma gestão universitária atenta a modificações no ambiente social, econômico e político, pois novas realidades exigem novas medidas. Historicamente observou-se no Brasil um viés contrário ao planejamento em universidades, havia uma descontinuidade no planejamento definido na gestão passada. Souza (2010) retrata que as instituições universitárias são revestidas de ambigüidade de objetivos, estrutura acadêmica e administrativa como fontes de conflito, autonomia dos profissionais que acarretam em uma não submissão ao processo hierarquizado da burocracia, dificuldade em mensurar o trabalho profissional entre outros aspectos. A identificação destas características conduz aos fatores relevantes da gestão universitária, como se cita a utilização de planejamento estratégico, valorização dos membros e uma flexibilização organizacional.

O relacionamento com a sociedade é um dos aspectos da gestão universitária, onde as mudanças de paradigmas e a existência de novos questionamentos exigem uma interação de forma efetiva e por fim a renovação de antigos modelos comportamentais das instituições. Neste contexto insere-se a questão da sustentabilidade, em que o governo mostra-se presente com a homologação de leis e decretos que visam à preservação de recursos naturais, as empresas privadas adéquam-se a estes regulamentos, evidenciando, muitas vezes, de forma transparente suas atividades desenvolvidas.

As instituições de ensino, com sua profunda ligação em contribuir para o desenvolvimento da sociedade mostram-se cada vez mais envolvidas com a questão da sustentabilidade através de suas práticas. O Centro Universitário Municipal de São José não foge a regra. Desde sua missão “Produzir, sistematizar e disseminar conhecimento científico, filosófico, cultural, artístico e tecnológico contribuindo para a sustentabilidade local e global, privilegiando a tecnologia e a inovação” (PDI, 2011) a instituição prevê o uso consciente de práticas que impactem menos ao meio ambiente e a comunidade na qual se insere.

Desta forma, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente será apresentada a teoria sobre gestão universitária, temas estes que sustentam a análise pretendida, posteriormente há a apresentação da metodologia utilizada e enfim a análise do caso do Centro Universitário Municipal de São José. Por fim há a conclusão obtida com o estudo bem como as referências utilizadas para sua elaboração.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

2 Referencial teórico

Neste tópico discute-se teoricamente a gestão universitária e seu compromisso com a sustentabilidade, assim como se destacam as contribuições da sustentabilidade para o fortalecimento do compromisso social de instituição de ensino superior no Brasil.

2.1 Gestão universitária

Frente às constantes modificações na política, economia e seus reflexos para a sociedade, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1998) afirma que a solução dos problemas é determinada pela visão do futuro que a sociedade possui, bem como o papel que é atribuído à educação, em especial ao ensino superior, visto que esta é um pilar fundamental dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz.

Souza (2010) aponta que as instituições universitárias são organizações diferenciadas no que tange a seus processos e demandas já que há uma ambigüidade de objetivos, presença de muitos grupos de interesse, onde as mudanças ocorrem com reações e crises, predomínio da natureza política nas decisões, estrutura fragmentada e descentralizada que dilui as decisões em órgãos colegiados. Seu caráter interdisciplinar permite que haja a interação da universidade com um número variado de segmentos da sociedade. Neste sentido, Lanzillotti (1997) defende que a universidade deve ser repensada como uma organização envolvida com a mudança social e em expor sua conexão com a sociedade, adequando-se as novas realidades. A existência de uma estrutura complexa nas organizações educacionais suscita questões da área de gestão e busca soluções alternativas para que as organizações procurem se adequar a um mercado em constantes mudanças.

Para a UNESCO (1998), a melhoria da qualidade e relevância das instituições de ensino superior assim como a solução para os desafios que lhes são impostos, exige o forte envolvimento de governos, alunos e suas famílias, professores, empresas e indústrias, o setor público e privado da economia, os meios de comunicação, a comunidade, as associações profissionais e da sociedade, como também uma maior responsabilidade das instituições de ensino superior com a sociedade e uso dos recursos públicos e privados, nacionais ou internacionais de forma responsável.

A missão de uma instituição de ensino deve estar intimamente ligada a contribuição para o desenvolvimento e melhoria da sociedade e deve atender aos seguintes objetivos, segundo a UNESCO (1998):

- Diplomar acadêmicos qualificados e cidadãos responsáveis, que tenham a capacidade de atender às necessidades dos mais diversos setores, através da oferta de qualificações relevantes, incluindo a formação profissional, que combinam conhecimento e as habilidades de alto nível,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

através de cursos e conteúdos constantemente adaptados para o presente e necessidades futuras da sociedade;

- Proporcionar oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento individual e mobilidade social com a finalidade de educar para a cidadania e para a participação ativa na sociedade, com uma visão global do mundo, para capacitação interna, e para a consolidação dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, democracia e paz, em um contexto de justiça;

- Promover, criar e disseminar o conhecimento através da pesquisa e fornecer, como parcela de seu serviço à comunidade, conhecimento relevante para ajudar as sociedades em desenvolvimento cultural, econômico e social, promoção e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, bem como a pesquisa no campo social ciências, das humanidades e das artes criativas;

- Ajudar a compreender, interpretar, preservar, valorizar, promover e divulgar, culturas internacionais e históricos nacionais e regionais, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural;

- Proteger e valorizar os valores da sociedade através da formação de jovens nos valores que formam a base da cidadania democrática e proporcionando perspectivas críticas para auxiliar na discussão das opções estratégicas e o reforço das perspectivas humanistas;

- Contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, principalmente através da formação de professores.

Souza (2010) na elaboração do arcabouço de uma teoria de gestão universitária expõe a estrutura existente nas instituições de ensino e identifica diversos aspectos que enfraquecem ou fortalecem uma gestão que visa atingir os objetivos que lhe são impostos, com pode ser visto na Figura 1.

Figura 1. Fatores relevantes de gestão universitária



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Ambigüedad de objetivos: objetivos difusos, conflictivos e inexistencia de planeamiento por parte dos gestores, ligação de problemas com situações pré-existentes.

- Planejamento estratégico como um instrumento dinâmico e flexível.

Estrutura fragmentada e descentralizada.
Estrutura administrativa mecanizada.
Elevada autonomia baseada no profissionalismo, especialização, tradição e natureza das atividades.
Técnicos tendem a administrar com menor influência. Mudanças dos gestores são frequentes.

- Flexibilidade organizacional.
- Sistema de gestão fundamentada nas competências.
- Valorização dos docentes, técnicos e estudantes.

Resultados do trabalho não podem ser facilmente medidos, não se prestam a padronizações, dificuldade de avaliar o alcance de objetivos.

- Avaliação institucional integrada ao planejamento estratégico.

Utilização de tecnologia difusa, dificultando o estabelecimento de rotinas o que prevalece o atendimento diferenciado as demandas.

- Sistemas de informação e de conhecimento

Mudanças ocorrem com reações e crises. As universidades situam-se num ponto de um *continuum* entre autonomia e pressão do ambiente externo.
Possibilidade de participação externa nas decisões da universidade. Influência de organismos e instituições nacionais e internacionais.

- Relacionamento com a sociedade/ comunidade.
- Relacionamento com o governo, sindicatos e entidades.
- Relacionamento com outros organismos e entidades nacionais e internacionais.

Fonte: Adaptado de Souza (2010).

Tendo em vista as características, bem como os fatores relevantes da gestão universitária, complementa-se com o argumento da UNESCO (1998) de que o objetivo final da gestão de uma instituição de ensino superior deve estar voltado para melhorar a missão institucional de assegurar um ensino de alta qualidade, formação e investigação e serviços à comunidade. Para atingir objetivo proposto é necessária uma governança que combina visão social, incluindo a compreensão de questões globais, com capacidade de gestão eficiente. A liderança no ensino superior é uma grande



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

responsabilidade social e pode ser expressivamente reforçada através do diálogo com todas as partes interessadas, especialmente professores e aluno.

2.2 A questão da sustentabilidade e legislação ambiental

O desenvolvimento dos países aliado a preocupação com o impacto ao meio ambiente é um assunto que se encorpa nos debates e impacta decisivamente na estratégia das empresas de forma global. A junção entre preservação ambiental e resultados financeiros remete ao tema de desenvolvimento sustentável, termo este citado pela primeira vez pela médica e ex-Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem, no documento da Organização das Nações Unidas denominado “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), do ano de 1987.

As questões acerca da sustentabilidade são detectadas anos antes da publicação do relatório acima referido, em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com destaque para o Manifesto Ambiental que declara: “Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais”. No mesmo ano foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o que mostra uma intensificação no estudo do tema de forma global. Em 1992 cita-se a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, com a Agenda 21, em que os governos esquematizaram um programa detalhado de ação com o intuito de afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. Dez anos depois ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada na África do Sul, com o objetivo de fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Em 2012 ocorreu novamente no Brasil um encontro, o Rio+20, reunindo diversos países e especialistas para discutir o tema da sustentabilidade em âmbito mundial.

No que se refere à definição de sustentabilidade, Nicolaidis (2006) esclarece que, na educação superior, o termo sustentabilidade é usado para descrever o avanço na prestação de contas quanto ao meio ambiente e a responsabilidade social e ambiental. Gatto (1995) explora o antigo debate classificando o termo sustentabilidade na literatura acadêmica em três definições predominantes e distintas: i) definição da biologia aplicada, relativa a produção sustentada de recursos advindos da exploração de populações e ecossistemas; ii) a definição da ecologia: abundância sustentada de variedade de espécies em ecossistemas sujeitos a intervenção humana; e, por fim, iii) a definição econômica, relativa ao desenvolvimento econômico sustentável, sem comprometimento dos recursos existentes para as futuras gerações. A terceira definição apresentada, a definição econômica de sustentabilidade, é a mais relevante para a gestão institucional, uma vez que incorpora elementos importantes de sustentação de recursos no longo prazo que podem ser aplicados ao dia-a-dia de uma organização. Porém, sua definição não é, de fato, uma só.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Dessa maneira, a gestão institucional ganha com a teoria do desenvolvimento sustentável a partir da incorporação de novos indicadores juntos aos clássicos da visão econômica, onde podem vir a incorporar a abordagem ecológica e biológica da sustentabilidade i) necessárias à produção dos recursos demandados e ii) compatíveis com o mantimento da qualidade de vida e satisfação de demandas das futuras gerações. São características fundamentais para, ao trazer o tema de sustentabilidade à esfera institucional, estabelecer os parâmetros adequados para o gerenciamento das ações de gestão, visando a sustentabilidade desses indicadores em longo prazo.

Adicionalmente, a prática da gestão sustentável nas universidades pode contribuir para a economia de recursos financeiros da própria instituição como também promover a pesquisa – dentro do ambiente e escopo de finalidade da entidade – e a formação de capital humano – ao expor estudantes direta ou indiretamente às práticas de uma gestão sustentável, como, por exemplo, através de políticas de promoção de pesquisas voltadas para a sustentabilidade de recursos (NICOLAIDES, 2006).

Assim, a gestão e práticas de sustentabilidade dentro da instituição de ensino superior, objetivando a sustentabilidade financeira e de recursos e a promoção de seus méritos no meio discente e docente, adereçam uma importante questão estratégica global e organizacional: a produção e exploração dos recursos disponíveis *versus* mantimento e preservação de fontes de recursos naturais.

As instituições de ensino superior, assim como as organizações públicas e privadas, são estimuladas ou obrigadas a se adequarem a legislação que visa a proteção do meio ambiente. Dessa forma, conhecer o ordenamento jurídico sobre a questão é fundamental quando o objetivo é avaliar as práticas de sustentabilidade. No caso do Brasil, a legislação ambiental no reflete as características da nação no momento de sua criação e observa-se uma crescente evolução na busca por leis que congreguem o desenvolvimento e a proteção dos recursos naturais. Primeiramente a preocupação residia na preservação do pau-brasil, posteriormente envolveu questões de minas, terras, água, flora, caça, atividades nucleares e infrações administrativas. A seguir é apresentada a evolução da legislação ambiental no país com dados do Supremo Tribunal Federal (STF, 2010).

É do período colonial que datam as primeiras preocupações concernentes a tutela dos recursos florestais no Brasil, já que sua colonização foi de exploração, especialmente o pau-brasil. No ano de 1605 houve a criação do Regimento sobre o Pau-Brasil, primeira lei protecionista da floresta no Brasil, que proibia o corte da árvore sem a expressa licença real, aplicação de penas severas aos infratores e realização de investigações nos solicitantes das licenças. Em 1797 a Coroa Portuguesa declarou de sua propriedade todas as matas e arvoredos situados no litoral ou na margem dos rios que desembocassem no mar ou fossem navegáveis para jangadas transportadoras de madeira. Dois anos depois o Regimento de Cortes de Madeiras estabeleceu regras para a derrubada de árvores.

No período imperial, o Código Criminal de 1830 previu penas severas para o corte ilegal de árvores. Em 1850 é promulgada a primeira Lei de Terras do Brasil nº 601/1850, que disciplinava a ocupação do solo e estabelece sanções para atividades predatórias.

No período republicano, constou na Constituição Republicana Brasileira de 1891 um artigo que tratava de algum fato relacionado à questão ambiental, que atribuía à União a competência para legislar sobre as suas minas e terras. Em 1911 é criada a primeira reserva florestal do Brasil no



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

antigo território do Acre, expedido pelo Decreto nº 8.843. O Código Civil Brasileiro de 1916 elencou disposições de natureza ecológica, sendo na sua maioria uma visão patrimonial, de cunho individualista.

O ano de 1934 marca a sanção do Código Florestal, que impõe limites ao exercício do direito de propriedade, e o Código de Águas, ambos contêm em sua essência elementos do que viria a constituir a atual legislação ambiental brasileira. Em 1964 é promulgado o Estatuto da Terra, pela Lei nº 4.504. No ano seguinte passa a vigorar uma nova versão do Código Florestal, ampliando políticas de proteção e conservação da flora. Em 1967 são editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração e a Lei de Proteção à Fauna. A nova Constituição atribui à União competência para legislar sobre jazidas, florestas, caça, pesca e águas, cabendo aos Estados tratar de matéria florestal.

Em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 1.413, empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente. Dois anos depois a Lei nº 6.453 estabeleceu a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares.

No ano de 1981 o meio ambiente torna-se objeto específico de proteção, com a Lei nº 6.938, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1985 é editada a Lei nº 7.347, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

No ano de 1988 é promulgada a Constituição de 1988, vigente até o momento, que dedica capítulo específico ao meio ambiente: impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Na década de 1990 o Brasil passa a dispor da Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171), que obriga o proprietário rural a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória. A Lei nº 9.605 prevê sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Em 2000 surge a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00), que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos. Em 2001 é sancionado o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257), que dota o ente municipal de mecanismos visando permitir que seu desenvolvimento não ocorra em detrimento do meio ambiente.

No século XXI observam-se diversos Decretos federais que visam aperfeiçoar a legislação existente, como por exemplo, cita-se a instituição: da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeira, regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima (MMA).

No que se refere à legislação atual, destaca-se em 2006 as Leis nº 11428 e nº 11284, em que a primeira dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e a segunda dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. No ano de 2010 tem Lei nº 12305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (MMA).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

3 Metodologia

Esta pesquisa é classificada de acordo com Marconi e Lakatos (2007) como aplicada, pois é prática e objetiva a soluções de problemas identificados na realidade. Assim, pretende contribuir para o avanço das discussões sobre a questão da sustentabilidade em instituições de ensino superior, tanto a partir de seu ponto de vista legal quanto moral na criação de uma imagem positiva das instituições através de práticas sustentáveis.

No tocante a abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa e quantitativa. Para Deslandes e Minayo (2008) a abordagem qualitativa é definida como a busca dos significados a partir de uma realidade não visível enquanto a quantitativa é entendida a partir da escolha de instrumentos e técnicas estatísticas para a avaliação da aderência das práticas da USJ à sustentabilidade. Adota-se o método estudo de caso pois busca-se compreender um fenômeno dentro do seu contexto, neste caso, o contexto do Centro Universitário Municipal de São José (ROESCH, 2009) em relação as suas práticas a partir de um olhar da sustentabilidade.

A pesquisa de caráter exploratório é realizada a partir de fontes primárias e secundárias. O instrumento de pesquisa compreende a aplicação de questionário ao Coordenador do Curso de Contabilidade da USJ baseado no modelo Sistema Contábil Gerencial Ambiental Geração 3 (UHLMANN, 2011). Para Leite, Pfitscher e Nunes (2010), o método SICOGEA consiste em um sistema estruturado de avaliação da sustentabilidade por abranger em seu escopo aspectos contábeis e de controladoria. O modelo SICOGEA tem suas raízes no Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais (GAIA). Através da entrevista com especialista da USJ, aplica-se o modelo adaptado que avalia cinco critérios: fornecedores/compras, ecoeficiência do processo de prestação de serviço, prestação do serviço - atendimento ao acadêmico, responsabilidade social na instituição e recursos humanos na instituição. Totalizando 50 itens de verificação distribuídos nos cinco critérios. O SICOGEA Geração 3 foi desenvolvido por Uhlmann (2011) baseado no sistema desenvolvido por Pfitscher (2004) as respostas obtidas desta lista, a partir das ponderações aplicadas as respostas, se obtém um resultado do desempenho da sustentabilidade que será analisado nesta pesquisa.

5 A aderência da USJ às práticas ambientais

O Centro Universitário de São José, campo empírico desta pesquisa, localiza-se na cidade de São José, próximo a capital de Santa de Santa Catarina. Atualmente a cidade atrai a população circunvizinha devido, principalmente, as atratividades econômicas do município. O Centro Universitário de São José foi criado pela Lei Municipal nº 4.279 de 15 de maio de 2005, caracteriza-se por ser o primeiro Centro Universitário Municipal público e gratuito do país, cuja mantenedora é a Fundação Educacional de São José. Atualmente há a oferta de quatro cursos de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Religião e Pedagogia, porém não há sede própria, dividindo-se assim entre a sede da Reitoria e da Fundação, e as salas de aula.

De acordo com o PDI (2011-2015) da instituição, sua missão consiste em produzir, sistematizar e disseminar conhecimento científico, filosófico, cultural, artístico e tecnológico contribuindo para a sustentabilidade local e global, privilegiando a tecnologia e a inovação. Citam-se como ações do USJ no período 2011 a 2015 o fomento da produção científica por meio do estímulo de atividades sistemáticas de articulações com ensino e pesquisa, com buscas a soluções referentes aos problemas em âmbito social, econômico e cultural, priorizando a preservação e a sustentabilidade do meio ambiente, o desenvolvimento da cultura, a transferência de tecnologias apropriadas em atenção ao ser humano.

De acordo com Nalini (2003) e Gray (2010) a sustentabilidade é entendida como uma oportunidade de repensar os padrões econômicos para a promoção de condições capazes de promover a melhora na qualidade de vida da população. Essa melhora, não foge a questões macroeconômicas. A escolha da adoção do SICOGEA Geração 3 justifica-se por essa capacidade de avaliar para além das questões normalmente encontradas na literatura. Dessa forma, apresenta-se o resultado da avaliação dos cinco critérios: fornecedores/compras, ecoeficiência do processo de prestação de serviço, prestação do serviço - atendimento ao acadêmico, responsabilidade social na instituição, recursos humanos na instituição.

No SICOGEA geração 3, as respostas estão organizadas em escala Likert de cinco pontos, com o padrão 0 a 100% e suas respectivas ponderações (representadas pelos pesos) de cada indicador e que é definido pelo pesquisador. Por representar, certo grau de subjetividade neste procedimento, ademais de respaldo na literatura para fazê-lo faz-se uso da adoção da geração de ponderações por software, conforme propõe o modelo *Environmental Disclosure Evaluation* (EDE) (ROSA, et. al, 2012), garantindo, portanto, o respaldo científico necessários.

No tocante ao primeiro critério, fornecedores/compras, aborda o compromisso dos fornecedores com a questão socioambiental e o compromisso da instituição em analisar a prática de seus fornecedores, de forma a promover uma visão de toda a cadeia envolvida (UHLMANN, 2011). Ademais de fomentar a cultura socioambiental através da exigência da adoção de práticas sustentáveis de seus fornecedores. Na Tabela 1 consta o resultado da avaliação da USJ no primeiro critério. A tabela traz as seguintes informações: número de indicador, o nome do indicador analisado, as opções de porcentagem correspondente a prática adotada pela instituição, o número de pontos possíveis validado pelo pesquisador Pierri (2010, 2011), o cálculo ponderado com o resultado de pontos obtidos e o resultado da avaliação. A avaliação da USJ alcançou um desempenho fraco nesse primeiro critério. Destaca-se o pouco cuidado da instituição na seleção dos seus fornecedores e sem a adoção da exigência de que estes façam reciclagem, a falta de adoção de procedimentos simples como a compra de eletroeletrônicos selecionados de acordo com a eficiência energética também não é adotada pela USJ.

Tabela 1: Fornecedores/compras

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES/COMPRAS	0%	20%	40%	60%	80%	100%	Pontos	Escore	Pontos	Avaliação
	0	1	2	3	4	5	Possíveis	Obtido	Totais	



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1	Os fornecedores estão comprometidos com o meio ambiente?		x					1	20%	0,2	Péssimo
2	Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?			x				1	40%	0,4	Fraco
3	Os produtos eletroeletrônicos são comprados pela EFICIÊNCIA energética?		x					3	20%	0,6	Péssimo
4	Os fornecedores dão garantia de qualidade?			x				3	40%	1,2	Fraco
5	Os fornecedores dão garantias de segurança?			x				3	40%	1,2	Fraco
6	As compras da instituição incluem produtos/serviços recicláveis?						x	3	100%	3	Ótimo
7	Os fornecedores da instituição se obrigam a reciclar os seus produtos usados?	x						3	0%	0	Péssimo
Sub-total		1	2	3	0	0	1	17		6,6	Fraco

Fonte: adaptado de Pierri (2010)

As demais tabelas que apresenta-se abaixo serão apresentadas de maneira reduzida, sem a apresentação das colunas com as informações de porcentagem por uma questão de objetividade na apresentação dos resultados. A Tabela 2, ecoeficiência do processo de prestação de serviço, também predomina, como na Tabela 1, o fraco desempenho da instituição. Destaca-se a ausência de manual de segurança interno na prestação de serviço e, principalmente, o baixo reaproveitamento dos resíduos gerados pela instituição assim como a não adoção da venda de muitos dos resíduos gerados. Pode-se perceber que apesar de presente no PDI da instituição, práticas concretas não estão sendo adotadas.

Tabela 2: Ecoeficiência do processador de prestação de serviço

CRITÉRIO 2 – ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		Pontos	Escore	Avaliação
		Possíveis	Obtido	
8	A prestação de serviço realizada pela instituição gera impactos ambientais significativos?	3	40%	Fraco
9	A prestação de serviço demanda um alto consumo de energia?	3	40%	Fraco
10	A prestação de serviço demanda um alto consumo de água?	3	60%	Regular



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

11	A instituição atende as normas relativas a saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?	3	40%	Fraco
12	Existe na instituição, um manual de segurança interna, que acompanha o processo de prestação de serviços?	1	0%	Péssimo
13	Existe geração de resíduos durante a prestação de serviços?	3	60%	Regular
14	Os resíduos gerados são reaproveitados na instituição?	3	0%	Péssimo
15	Os resíduos são vendidos?	1	0%	Péssimo
Sub-total		20		Fraco

Fonte: adaptado de Pierri (2010)

Na Tabela 3, prestação do serviço - atendimento ao acadêmico, o resultado foi igual a dos dois critérios anteriores, fraco. Com destaque o indicador 20, péssimas instalações para atender aos portadores de deficiências físicas, sem coerência com o que preconiza o PDI e as exigências legais para a adoção de medidas que garantam a acessibilidade (NBR 16000). Neste caso particular, o baixo rendimento da instituição com oito indicadores com resultado péssimo alertam a instituição para a necessidade de adoção urgente de medidas que proporcionem um atendimento aos acadêmicos mais sustentáveis, ou seja, que a USJ tenha um cuidado maior ao bem estar dos seus discentes.

Tabela 3: prestação do serviço - atendimento ao acadêmico

CRITÉRIO 3 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ATENDIMENTOS AO ACADÊMICO		Pontos	Score	Avaliação
		Possíveis	Obtido	
16	Há organização e boas condições no local para o atendimento acadêmico.	1	20%	Péssimo
17	Existem condições institucionais de adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação com as políticas públicas e com o contexto social.	1	40%	Fraco
18	As salas de aula são arejadas e apropriadas a atividade de ensino?	1	60%	Regular
19	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados?	1	60%	Regular
20	A acessibilidade aos portadores de deficiência física nas instalações são adequadas?	1	0%	Péssimo
21	Existe banheiros apropriados para portadores de deficiências físicas?	1	0%	Péssimo
22	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas?	1	20%	Péssimo
23	Há coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais. (coerência com o PDI)	1	20%	Péssimo
24	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos?	1	40%	Fraco



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

25	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios?	1	40%	Fraco
26	O campus apresenta espaços adequado (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, xerox, agências bancárias, livraria, e outros serviços necessários?	1	20%	Péssimo
27	A condição estética do campus transparece o cuidado com o meio ambiente interno?	1	0%	Péssimo
28	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?	1	20%	Péssimo
Sub-total		13		Fraco

Fonte: adaptado de Pierri (2010)

Na Tabela 4, responsabilidade social na instituição, a avaliação do critério alcançou o resultado péssimo. Este critério foi o que teve o pior resultado. Todos os indicadores foram avaliados como péssimo. Por tratar-se de critério que avalia um dos aspectos mais relevantes da sustentabilidade o resultado pode ser entendido como um aspecto ainda mais negativo.

Tabela 4: responsabilidade social na instituição

CRITÉRIO 4 – RESPONSABILIDADE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO		Pontos	Escore	Avaliação
		Possíveis	Obtido	
29	Observa-se a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural?	2	20%	Péssimo
30	Percebe-se coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais da instituição?	1	20%	Péssimo
31	Existe intensidade nas relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho?	2	20%	Péssimo
32	Relações da IES com a sociedade: Existem diretrizes e ações institucionais de inclusão social, adequadamente implantadas e com acompanhamento?	2	20%	Péssimo
33	Relações da IES* com a sociedade: existem ações de defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, adequadamente implantadas e acompanhadas?	2	0%	Péssimo
34	Existe coerência das ações de comunicação com a sociedade e com as políticas constantes dos documentos oficiais da instituição?	1	20%	Péssimo
35	Os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES?	1	20%	Péssimo
36	A Ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infra-estrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.	1	0%	Péssimo



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

37	Existe sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	2	0%	Péssimo
Sub-total		14		Péssimo

Fonte: adaptado de Pierri (2010)

Na Tabela 5, recursos humanos na instituição, o resultado alcançado pela USJ é fraco. Os indicadores 41, 42, 43 e 44 indicam que, apesar de tratar-se de instituição de nível superior, sua realidade não reflete o uso dos conhecimentos desenvolvidos na instituição. Tendo sido identificado problema em relação a falta de atenção da instituição em realizar capacitação de seu corpo técnico assim como de definir uma política eficiente que vise a melhora das suas práticas em consonância com o preconizado pela teorias da sustentabilidade.

Tabela 5: recursos humanos na instituição

CRITÉRIO 5 – RECURSOS HUMANOS NA INSTITUIÇÃO		Pontos	Escore	Avaliação
		Possíveis	Obtido	
38	Os gestores tem consciência dos impactos ambientais causados pelas atividades da instituição?	3	40%	Fraco
39	Os gestores tem consciência das ações realizadas para amenizar os impactos ambientais?	3	40%	Fraco
40	O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	3	20%	Péssimo
41	A mão de obra empregada é altamente especializada?	1	20%	Péssimo
42	Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?	1	40%	Fraco
43	A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	1	40%	Fraco
44	Existe uma política de valorização do capital intelectual?	1	40%	Fraco
45	A instituição possui uma política de capacitação na área de gestão de resíduos?	2	0%	Péssimo
46	É realizado avaliação de desempenho para todos os seus colaboradores (professores e técnico-administrativos)?	1	0%	Péssimo
47	É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?	1	0%	Péssimo
48	A instituição possui planos de carreira para todos os seus colaboradores (professores e técnico-administrativos)?	1	20%	Péssimo
49	Existem políticas de pessoal que assegurem carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho?	1	40%	Fraco
50	A instituição promove ações de conscientização do meio ambiente junto aos colaboradores?	1	0%	Péssimo
Sub-total		20	154%	Fraco

Fonte: adaptado de Pierri (2010)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Através do SICOGEA geração 3, evidenciou-se que o desempenho sustentável da USJ é fraco. Indicou-se também os indicadores que merecem maior cuidado por parte dos gestores. É preciso que a responsabilidade social e ambiental seja discutida como parte do seu processo de gestão, com planejamento de curso, médio e longo prazo. Não apenas para melhorar seu índice de sustentabilidade mas que sua prática seja coerente com o discurso refletindo sobre o compromisso da instituição e seu dever ético com a sociedade.

6 Considerações Finais

As organizações privadas e públicas têm suas ações moldadas pelas demandas das comunidades ao seu entorno já que as impactam de forma decisiva, novas preocupações e expectativas da sociedade suscitam novas maneiras de agir. Neste aspecto, a UNESCO (1998) defende que a solução dos problemas é determinada pela visão do futuro que a sociedade possui, bem como o papel que é atribuído à educação, em especial ao ensino superior, visto que esta é um pilar fundamental dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz.

As instituições de ensino superior possuem a particularidade no sentido em que estão profundamente interligadas com a realidade da sociedade, suscitando assim ações que a impactem e resolvam de forma decisiva seus anseios. Lanzillotti (1997) reforça este argumento ao expor que a universidade deve ser repensada como uma organização envolvida com a mudança social. Isto exige a existência de uma estrutura complexa nas organizações educacionais, ou seja, uma gestão universitária que busque incessantemente a solução de alternativas que surgem no mercado tão volátil.

Tendo em vista a importância da conexão existente entre as universidades e as demandas da sociedade, insere-se o conceito de sustentabilidade, que ganhou espaço nos debates a partir da década de 1970 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Deste modo, esta pesquisa objetivava avaliar a aderência das práticas da USJ à sustentabilidade por meio de instrumentos e técnicas estatísticas baseado no modelo Sistema Contábil Gerencial Ambiental Geração 3. São utilizados cinco critérios: fornecedores/compras, ecoeficiência do processo de prestação de serviço, prestação do serviço - atendimento ao acadêmico, responsabilidade social na instituição, recursos humanos na instituição.

Como resultado, cita-se no critério fornecedores/compras um desempenho fraco da instituição na medida em que inexistem ou se existem não é expressiva a seleção de fornecedores comprometidos com o meio ambiente e que apresentam alternativas para o tratamento de resíduos, os produtos não são comprados pela sua eficiência energética e não há obrigação dos fornecedores reciclarem seus produtos usados. Destaca-se positivamente neste critério as compras que incluem produtos/ serviços recicláveis.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No critério ecoeficiência do processo de prestação de serviço, o USJ obteve novamente um resultado fraco, em que os recursos gerados não são reaproveitados, não há um manual de segurança interna que acompanha o processo de prestação de serviços. Os itens que obtiveram a avaliação regular são a geração de resíduos durante a prestação de serviços e a demanda do consumo de água.

Na prestação do serviço no que diz respeito ao atendimento ao acadêmico, repete-se o desempenho fraco, pois inexistem boas condições para o atendimento ao acadêmico, não há acessibilidade aos portadores de deficiência física nem banheiros apropriados, a condição estética do campus não transparece o cuidado com o meio ambiente interno. Os itens que se apresentaram regular dizem respeito ao arejamento e características próprias das salas de aula e dos laboratórios de ensino.

O critério responsabilidade na instituição chama a atenção na pesquisa de forma negativa, já que todos os itens foram avaliados como péssimo: responsabilidade no que se refere a sua contribuição a inclusão social, ao desenvolvimento e social, a defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística, do patrimônio, incoerência das ações com as políticas que constam nos documentos oficiais, fraca ligação da instituição com a sociedade, inexistência de ações de defesa do meio ambiente, da ouvidoria e da sustentabilidade financeira.

O último critério, recursos humanos na instituição, repete o desempenho fraco dos três primeiros critérios, em que é fraca a consciência dos gestores acerca dos impactos ambientais causados pelas atividades da instituição e as formas de amenizar os impactos ambientais, a política de valorização do capital intelectual segue esta mesma avaliação juntamente com as políticas que assegurem o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais. A avaliação de péssimo foi dada ao comprometimento do corpo gerencial com a gestão ambiental, especialização da mão de obra, política de capacitação na área de gestão de resíduos, realização de avaliação de desempenho, acompanhamento após curso de qualificação e plano de carreira para todos os seus colaboradores.

Ao resgatar a afirmação de Lanzillotti (1997) de que universidade deve ser repensada como uma organização envolvida com a mudança social, e uni-la a defesa da UNESCO (1998), de que a solução dos problemas é determinada pela visão do futuro que a sociedade possui, bem como o papel que é atribuído à educação, em especial ao ensino superior, conclui-se com esta pesquisa que falta no momento no USJ a conexão entre suas ações e seu impacto a sociedade no que tange a sustentabilidade. A existência do PDI no período 2011 a 2015 pode ser visto como um indicativo de gestão onde ações e programas possam a ser desenvolvidos ao encontro de práticas sustentáveis.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16000: responsabilidade



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- social: sistema de gestão. Disponível em: <<http://abnt.org.br>> . Acesso em: 10 jul 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Legislação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legi.cfm>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STF). **Linha do tempo**: um breve resumo da evolução da legislação ambiental no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=97547>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ (Santa Catarina). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011 a 2015**. São José: USJ, 2011.
- DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FINGER, Almeri Paulo. **Gestão de universidades**: novas abordagens. Curitiba: Champagnat, 1997.
- GATTO, M. Sustainability: Is it a well defined concept? **Ecological Society of America**. v. 5, n. 4 p. 1181-1183, 1995. Disponível em: <http://sites.tufts.edu/teli/files/2011/04/Sustainability_Gatto.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability. . .and how would we know? An exploration of narratives of organizations and the planet. **Accounting, Organizations and Society**. v. 35, p.47-62, 2010.
- LANZILOTTI, Vivone de Souza. Reengenharia na Universidade: uma interface possível? In: FINGER, Almeri Paulo. (Org.). **Gestão de Universidades**: novas abordagens. Curitiba: Champagnat, 1997.
- LEITE, P. C.; PFITSCHER, E. D.; NUNES, J. P. O. Abordagem e Técnicas de Gestão Ambiental: Análise de Sustentabilidade Sócio-ambiental da Ceasa/SC. In: Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 12., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2010.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- NALINI, R. **Ética ambiental**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2003.
- NICOLAIDES, A. The implementation of environmental management towards sustainable universities and education for sustainable development as an ethical imperative. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 7, n. 4, p. 414-424, 2006. Disponível em: <http://share.pdfonline.com/0031e24d3bf94092b78c6d809ac57c2b/The_implementation.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.
- ONU (Brasil). **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- PFITSCHER, Elisete Dahmer. Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e contabilidade ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004
- ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ROSA, F. et. al. Termômetro ambiental. **Revista Ambiente Contábil** – UFRN – Natal-RN. v. 4. n. 2, p. 18 – 39, jul./dez. 2012.

SOUZA, Irineu Manoel de. Contribuições para a construção de uma teoria de gestão universitária.

In: SILVEIRA, Amélia; DOMINGUES, Maria José de Souza, coord. **Reflexões sobre administração universitária e ensino superior**. Curitiba: Juruá, 2010. Cap. 1, p. 17-47.

UNESCO. **World Declaration on higher education for the twenty-first century: vision and action**. 1998. Disponível em:

<http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_eng.htm>. Acesso em: 06 jul. 2013.

UHLMANN, V. O. **Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – Geração 2**: Proposição da terceira geração do método. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em 151 Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.